

Luiz Orlando Carneiro

O Presidente Sarney cumprirá hoje seu dever de cidadão, votando para prefeito, em São Luís do Maranhão, no candidato do PFL, Deputado Jayme Santana. Embora dificilmente o candidato do ocupante do Planalto venha a ser derrotado, dado o peso de sua presença na capital do Estado em que nasceu e governou, e pelo qual foi deputado federal e senador, não se pode descartar a possibilidade de uma vitória da corrente estadual que o hostiliza. Seria a única derrota que o Presidente amargaria nas eleições de hoje. E, assim mesmo, uma derrota paroquial.

Quaisquer que sejam os resultados das urnas deste 15 de novembro, o Presidente Sarney não deverá ser julgado vitorioso ou derrotado, como aconteceu com predecessores seus em eleições proporcionais realizadas durante o regime militar, ou como ocorreu com o ex-Presidente Figueiredo, que se sentiu tão derrotado com as vitórias de Tancredo Neves e Leonel Brizola, em Minas e no Rio, em 1982, que perdeu a grande oportunidade de faturar o fato histórico de ter promovido a primeira eleição direta para governadores, depois de 14 anos de pleitos indiretos e fechados.



Coisas da política

Os tempos são outros, o clima é muito diferente. Figueiredo prometera "fazer deste país uma democracia", e não se pode negar que tenha chegado bem perto dela, e até ajudado, graças a seu caturrismo e à sua inapetência política, a estrondosa eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney.

O atual Presidente declarou-se um "pagador de promessas", ou seja, dos compromissos fundamentais constantes do documento de criação da Aliança Democrática e, por via de consequência, das promessas mais pragmáticas decorrentes de compromissos menos fundamentais assumidos tendo em vista a distribuição do poder entre o PMDB e os dissidentes do PDS. Com relação às eleições municipais de hoje, o Presidente assumiu a chamada postura de magistrado, considerando inconsútil, para todos os efeitos, a Aliança Democrática. Tanto que, embora seja agora do PMDB, estará votando no seu amigo e ex-correligionário do PDS, Jayme Santana, que é do PFL.

Conhecidos os resultados das urnas, surgirão muitos vitoriosos e derrotados. Se o PMDB, como tudo indica, ganhar na maioria das capitais, mas sobretudo em São Paulo, a vitória será da sigla de Ulysses Guimarães, de Fernando Henrique Cardoso, de Franco Montoro (e de Orestes Quêrcia). Se Jânio Quadros vencer e Sérgio Muriel derrotar Jarbas Vasconcelos no Recife, agrava-se a crise de identidade do maior partido do país, e a tríplice paulista é a grande derrotada. Para Leonel Brizola continuar vencedor, basta que se elejam os favoritos Saturnino Braga, no Rio, e Alceu Collares, em Porto Alegre. Mas

em nenhum destes casos — raciocinam colaboradores de Sarney — o Presidente da República colherá os louros da vitória ou sentirá o sabor da derrota.

Se Sarney tem a vantagem de não ser julgado nas urnas de hoje, por outro lado passa a ter, imediatamente, um dos seguintes problemas: aderir à evidência de que o PMDB não se desfez como frente ampla, ficou ainda mais poderoso, e será muito difícil governar, a não ser para ele (caso das vitórias de Fernando Henrique e Jarbas Vasconcelos); reformular, em novas bases, a Aliança Democrática, sem desprezar a força do concubinato populismo-conservadorismo (caso da vitória de Jânio Quadros e da derrota de Jarbas Vasconcelos). Em qualquer das hipóteses, começa logo a sucessão presidencial, já com a candidatura-bem plantada e bem regada (no Rio e em Porto Alegre) de Leonel Brizola.

O Presidente parece estar atento à pista de obstáculos que tem à frente. Tanto que procurou se antecipar aos números destas eleições, dirigindo-se diretamente à opinião pública, e anuciando logo depois sua disposição de tratar a especulação como caso de polícia, e de fazer valer o peso do Executivo na ordem econômico-social, contando com seu prestígio pessoal.

As pesquisas estiveram na ordem do dia até hoje, mas a pesquisa que parece ter picado como um marimbondo o Presidente foi a que lhe mostrou o Ministro Pazzianotto. Segundo o Ibope (quatro mil entrevistas), a inflação, o custo de vida e o desemprego (nesta ordem) são os problemas mais afilítivos para o brasileiro. Na mesma pesquisa, 58,9% dos entrevistados responderam que os aumentos salariais contribuem para o desemprego, e

51,9% foram contra greves em setores essenciais. Estes números não refletem o discurso e a ação do PMDB que não quer sair tão cedo do palanque e assumir os ônus do Executivo.

O grande desafio de Sarney começa agora. A esperada reforma ministerial é um ato afirmativo, mas o Presidente terá de governar, em 1986, contra a maré de um Congresso cada vez mais sedento de prerrogativas, e aberto a reivindicações municipalistas e corporativistas, sejam elas inflacionárias ou simplesmente estapafúrdias. Os votos de 15 de novembro de 1986 não serão colhidos apenas em 201 municípios, mas no país todo.

E, finalmente, é bom lembrar que Sarney abriu mão de poderes que lhe confere a atual Constituição, como o de editar decretos-leis, enquanto o anteprojeto de emenda constitucional da comissão interpartidária "restabelecerá a competência e das prerrogativas do Congresso Nacional" está aí, tirando do Executivo até — na área dos atos internacionais, só para dar um exemplo — a competência no processo de acordos por troca de notas, dos chamados acordos em forma simplificada, e na questão das ressalvas a atos internacionais vigentes.

O Presidente Sarney, em suma, não pode ser considerado nem vitorioso, nem derrotado, porque não travou, ainda, sua primeira grande batalha — a que vai ter com o Congresso. E também porque só agora vai começar, para valer, a guerra de sua sucessão, cuja primeira escaramuça será a questão da duração de seu mandato.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília.